



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA**

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26/02/2018
(Contém folhas)

ATA Nº 05

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:

Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereadores:		



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 26/02/2018

ATA Nº 5

----- Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezoito, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor Jorge Alves Custódio, na qualidade de Vice-Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparência do Senhor Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias, por se encontrar em gozo de férias. -----

----- A ata da reunião ordinária realizada no dia 12 de fevereiro de 2018 foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - IINFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - CÂMARA MUNICIPAL

2.1.1 - Município de Vila Real – Moção de apoio ao "Movimento Pelo Interior – em nome da coesão"

----- Foi presente uma comunicação do Município de Vila Real, datada de 12/02/2018, a remeter, para aprovação, uma proposta de moção de apoio ao "Movimento Pelo Interior – em nome da coesão", que visa contribuir para a criação de políticas públicas que contrariem ou atenuem alguns dos problemas estruturais das regiões de baixa densidade, normalmente associadas ao interior do nosso país. Mais refere, que de acordo com a resolução do Conselho de Ministros nº 3/2016, de 22 de janeiro, o Programa Nacional para a Coesão territorial incide sobre 165 municípios, dos 308 que compõem o país, ou seja, mais de metade da totalidade dos municípios portugueses podem ser caracterizados como sendo do interior. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor da Moção em apreço e após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

2.1.2 – Abertura de Procedimento para Adjudicação em Hasta Pública, da Cessão de Exploração do Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo, Edifício de Apoio de Praia e Polidesportivo

----- Foi presente a seguinte Proposta do Senhor Vice-Presidente da Câmara: -----

----- Nos termos da alínea g) do nº 1 do art. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (atenta a sua atual redação em vigor), que refere competir à Câmara Municipal “*adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG*”, tenho a honra de propor à Câmara Municipal que, após apreciação, delibere: -----

----- - a abertura de procedimento para adjudicação, em hasta pública, da cessão de exploração do Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo, Edifício de Apoio de Praia e Polidesportivo, situados junto à praia fluvial de Janeiro de Baixo, freguesia de Janeiro de Baixo, do concelho de Pampilhosa da Serra, nos precisos termos e condições constantes no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, os quais se anexam à presente para apreciação, propondo-se, outrossim, a sua aprovação; --

----- - que a base de licitação seja fixada em 1.000 € e os lanços mínimos em 100 €; -----

----- - que a hasta pública se realize no dia 26 de março de 2018, pelas 10:00h horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra. -----

----- Mais se propõe que a arrematação em hasta pública seja dirigida por uma Comissão, a quem competirá: prestar esclarecimentos, quando solicitados, antes e durante a hasta pública; dirigir os trabalhos da hasta pública; apreciar e decidir das reclamações apresentadas no ato de hasta pública; adjudicar provisoriamente a cessão de exploração dos equipamentos, objeto do procedimento; emitir o auto de arrematação referente à adjudicação provisória que identificará o adjudicatário provisório e o valor por este pagos; proceder à audiência dos interessados, se à mesma houver lugar; apreciar das reclamações e decidir das reclamações em sede de audiência dos interessados; propor à Câmara Municipal a adjudicação definitiva da cessão de exploração dos equipamentos, objeto do presente procedimento, constituída pelos seguintes membros: -----

----- Efetivos: -----

----- Presidente: Fernando Pereira Alves, Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo; -----

----- Vogal: Felisberto Neves Pinto, Chefe de Divisão Administrativa; -----

----- Vogal: Maria Eugénia Bernardo Mota Pereira, Técnica Superior. -----

----- Suplentes: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- Vogal: Sandra Sofia Miguel Chora Custódio, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Municipal e Paulo Jorge Duarte Batista Teixeira, Técnico Superior. -
----- Nos termos do disposto no artigo 56º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/09 (na sua atual redação em vigor), a realização da hasta pública deverá ser publicitada através de Edital a ser afixado nos lugares estabelecidos na Lei, por 10 dias úteis, nos termos e para os efeitos do artigo 86º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo. -----
----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar a abertura de procedimento para adjudicação, em hasta pública, da cessão de exploração do Parque de Campismo Rural de Janeiro de Baixo, Edifício de Apoio de Praia e Polidesportivo, situados junto à praia fluvial de Janeiro de Baixo, freguesia de Janeiro de Baixo, do concelho de Pampilhosa da Serra, bem como os termos e condições constantes no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

3 – DIVISÃO FINANCEIRA

3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

3.1.1 – Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 22 de fevereiro de 2018, que apresenta os seguintes valores/total de disponibilidades: -----
----- De operações orçamentais: 1.891.318,22 € (um milhão oitocentos e noventa e um mil trezentos e dezoito euros e vinte e dois centavos); -----
----- De operações não orçamentais: 160.505,60 € (cento e sessenta mil quinhentos e cinco euros e sessenta centavos), num total de 2.061.914,92 € (dois milhões sessenta e um mil novecentos e catorze euros e noventa e dois centavos). --
----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.1.2 – Liga de Melhoramentos de Braçal – Pedido de apoio financeiro

----- Foi presente um ofício da Liga de Melhoramentos de Braçal, datado de 09-02-2018, com a referência nº 02/18, a solicitar apoio financeiro, destinado a compartilhar as despesas com a aquisição de alguns equipamentos fundamentais ao bom funcionamento da Casa de Convívio de Braçal, mais concretamente no espaço a que se destina o bar, bem como proceder a obras de beneficiação, para as quais, a coletividade não tem meios suficientes para fazer face.-----
----- Face ao exposto e depois de analisar, tendo em conta a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder apoio financeiro à Liga de Melhoramentos de Braçal, no valor



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

de 10.000,00 € (dez mil euros), mediante Protocolo. -----
----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

4 – DIVISÃO ADMINISTRATIVA

4.1 – SERVIÇOS JURÍDICOS

4.1.1 – Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas – 2017;

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----
----- " Para efeitos do disposto nos números 1 e 2 do artigo 9º da Lei nº 54/2008, de 4 de setembro, de acordo com a alínea d) do item 1.1 da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, datada de 1 de julho de 2009 e do ponto IV do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Pampilhosa da Serra, aprovado em 10/03/2016, submete-se à apreciação de V.Exª e à aprovação da Câmara Municipal o relatório anual sobre a execução do Plano, anexo à presente Informação. -----
----- Após aprovação, o mesmo deverá ser remetido ao Conselho de Prevenção da Corrupção, ao Tribunal de Contas e à Inspeção-Geral de Finanças, devendo também ser publicado no site do Município. -----
----- À consideração superior." -----
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Relatório anual de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas – 2017, e proceder de acordo com o teor da Informação. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

4.2 – RECURSOS HUMANOS

4.2.1 – Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários

- Proposta do Senhor Presidente da Câmara

----- Foi presente a seguinte Proposta do Senhor Presidente da Câmara: -----

Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

1. A Câmara Municipal na reunião extraordinária de 23 de janeiro de 2018, deliberou, nos termos do n.º 2 do artigo 3º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, reconhecer as necessidades permanentes e cujo vínculo jurídico é inadequado;-----

2. A Assembleia Municipal na sessão ordinária realizada no dia 16 de fevereiro de 2018, deliberou, nos termos do n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal;-----

3. A integração das pessoas abrangidas pelo artigo 3º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, é feita mediante a constituição de vínculos de emprego público por tempo indeterminado e precedida de aprovação em procedimento concursal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º;-----

4. Os procedimentos concursais serão abertos no prazo de 30 dias a contar da data da entrada em vigor da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, ou a contar da data em que se complementar o prazo de um ano, referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º;-----

5. No diploma que aprovou o Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários, não está regulamentada a forma como se iniciam os procedimentos concursais, remetendo-se essa decisão para o Órgão Executivo (FAQ. III.6 da Direção-Geral das Autarquias Locais);-----

6. Junta-se, em anexo documento relativo à cabimentação e o compromisso da despesa a efetuar com a regularização.-----

----- Proponho: -----

----- - Excecionalmente, pela obrigatoriedade da deliberação de alteração do mapa de pessoal ser feita pela Assembleia Municipal, que apenas se pode reunir no dia 16 de fevereiro e também por o serviço de recursos humanos ter de efetuado durante o mês de janeiro as valorizações previstas no artigo 18.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Orçamento do Estado para 2018), proponho que seja justificado a ultrapassagem do prazo de 30 dias, para dar início à abertura dos procedimentos concursais, previsto no ponto 4.

----- - No cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de 23/01/2018, da deliberação da Assembleia Municipal de 16/02/2018 e nos termos do disposto nos artigos 8º, 9º e 10º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários, que a Câmara Municipal autorize a abertura dos seguintes procedimentos concursais por tempo indeterminado: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

Categoria/Carreira	Área de formação académica e/ou profissional	Número de Lugares
Técnico Superior	Jurista	1
Técnico Superior	Gestão/Recursos Humanos	1
Técnico Superior	Ecoturismo	1
Técnico Superior	Línguas, Literaturas e Culturas (Inglês e Alemão)	1
Técnico Superior	Professor - Educação Física	1
Assistente Técnico	Administrativo	11
Assistente Técnico	Animação	5
Assistente Técnico	Museu	1
Assistente Operacional	Auxiliar Administrativo	2
Assistente Operacional	Auxiliar Serviços Gerais	1
Assistente Operacional	Sapador	11
Assistente Operacional	Cantoneiro de Limpeza	4
Assistente Operacional	Maquinas Pesadas	1
Assistente Operacional	Canalizador	1
Assistente Operacional	Mecânico	2
Assistente Operacional	Motorista de Pesados	2
Assistente Operacional	Serviços Gerais	4
Assistente Operacional	Coveiro	1
Assistente Operacional	Auxiliar Desporto	2

----- Proponho ainda, que um dos lugares de Assistente Operacional (Serviços Gerais) e um dos lugares de Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza), sejam abertos no dia 21 de março, para cumprimento do prazo referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º, da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. -----

----- A Câmara Municipal, após análise da proposta apresentada, bem como da informação de cabimentação, apresentada pela Divisão Financeira, deliberou por unanimidade justificar o não cumprimento do prazo de abertura dos concursos e a abertura dos lugares, nas condições propostas. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

5 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

5.1 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

5.1.1 – Autorização Início de Procedimento “Medidas Emergentes nas áreas de Intervenção Prioritárias de Proteção dos Recursos Hídricos Afetados pelos Incêndios de 17 a 24 de junho de 2017 – FASE I – Garantir o escoamento nas linhas de água (APA)”

----- Considerando os Incêndios florestais que afetaram, de forma catastrófica, o Concelho de Pampilhosa da Serra de 17 a 24 de junho, provocando uma série de danos e prejuízos no setor Florestal e Agrícola entre outros; Considerando que as consequências desse incêndio iriam ser destruidoras das linhas de água, de taludes e de arrastamento de terras para os leitos dos rios e ribeiros, o Município de Pampilhosa da Serra assinou um Protocolo com o Ministério do Ambiente de forma a poder implementar um conjunto de medidas relativas à limpeza e correção torrencial de linhas de água, assim como de proteção dos taludes das encostas afetadas pelo incêndio; Considerando a necessidade de intervir no terreno, previamente à ocorrência de próximos eventos de precipitação com risco de obstrução de linhas de água, destruição de infraestruturas, riscos de inundação e afetação de captações de água superficial e de áreas de uso balnear, entre outras, urge implementar de imediato as medidas da fase 1 do protocolo assinado. O presente procedimento permitirá a implementação desse conjunto de medidas/ações relativas à limpeza e correção torrencial de linhas de água – Medidas Emergentes nas áreas de intervenção prioritárias de proteção dos recursos Hídricos afetados pelos incêndios de 17 a 24 de junho de 2017. -----

----- **Objeto do Contrato:** “Consulta Prévia para execução da Empreitada – Medidas Emergentes nas áreas de intervenção prioritárias de proteção dos recursos Hídricos afetados pelos incêndios de 17 a 24 de junho de 2017. FASE 1 – Garantir o escoamento nas linhas de água através das ações: -----

A – Corte e remoção de material vegetal arbóreo e arbustivo; -----

B – Remoção de sedimentos e outro material nos leitos; -----

C – Recuperação da secção de vazão das passagens hidráulicas e pontões.” -----

----- **Preço base:** 333 512,50 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- **Base da Escolha do Procedimento:** Valor do Contrato; -----

----- **Tipo de Procedimento:** Consulta Prévia, nos termos da alínea c) do artigo 19º e do nº 1do artigo 112º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto, conjugado com o disposto no nº 1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 87/2017 de 27 de julho. -----

----- **Prazo máximo de execução:** 365 dias; -----

----- **Caução:** 3%. -----

----- **Proposta do Júri para o presente procedimento de concurso:** -----

----- Efetivos: -----

----- Presidente – Sandra Sofia Miguel Chora Custódio; -----

----- 1º Vogal – Nuno Miguel Martins Bandeira; -----

----- 2º Vogal – Cristina Paula Ventura Antunes; -----

----- Suplentes: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- 1º Vogal – Maria Amélia Vaz Lopes; -----
 ----- 2º Vogal – Luís Filipe Simões Batista. -----
 ----- **Gestor de Contrato** -----
 ----- Segundo a alínea i), do nº 1 do artigo 96º do Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto, o conteúdo do contrato deve conter a identificação do gestor do contrato em nome da Entidade Adjudicante, nos termos do artigo 290º - A, do presente Decreto-Lei. -----
 ----- **Proposta de Gestor de Contrato:** -----
 ----- Gestor de Contrato: Anabela Nunes Martins. -----
 ----- À Consideração superior. -----
 ----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar.-----
 ----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

6 – DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

7 – DIVISÃO SÓCIO CULTURAL E EDUCATIVA

7.1 – DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

7.1.1. – Comunicação da celebração do contrato “Elaboração do Projeto de Estratégia Identitária do Concelho de Pampilhosa da Serra” _ nos termos do disposto no nº 4 do artigo 49º da Lei nº 42/2016 de 28/12 (LOE 2017)

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----
 ----- “ Na sequência da necessidade de se proceder à comunicação em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte: -----
 ----- De acordo com o disposto no nº 4 do art.º 49º da Lei do Orçamento do Estado para 2017, aprovada pela Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro “A celebração ou renovação de contrato de aquisição de serviços é obrigatoriamente comunicada, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato, ao membro do Governo responsável pela área das finanças, em termos a fixar por portaria deste.”. -----
 ----- Ainda de acordo com o nº 12 do artº 49º da Lei do Orçamento do Estado para 2017, aprovada pela Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro “Nas autarquias locais e nas entidades do setor empresarial local, a comunicação prevista no nº 4 é feita ao órgão executivo e a autorização referida nos nºs 3 e 5 é emitida pelo presidente do órgão executivo”. -----
 ----- Assim, atenta a conjugação do nº 4 com o nº 12, do artº 49º da Lei do Orçamento do Estado para 2017, comunica-se ao órgão executivo a celebração do



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

contrato "Elaboração do Projeto de Estratégia Identitária do Concelho de Pampilhosa da Serra", em 18 de janeiro de 2018, entre o Município de Pampilhosa da Serra e a IVITY BRAND CORP, CRIAÇÃO E GESTÃO DE MARCAS, SA., NIF 507707818, no valor de 74.275,00 € (setenta e quatro mil duzentos e setenta e cinco euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor." -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. ---

III – PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esgotado que foi o tempo e não tendo aparecido nenhum munícipe, o Sr. Vice-Presidente deu por terminado o período aberto ao público. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião, quando eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi posteriormente assinada pelo Sr. Vice-Presidente, Jorge Alves Custódio, e por mim Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a redigi e subscrevi. -


